

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 78/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 o candidato ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-12.557.940 JOÃO MARCELO MENDONÇA MACHADO** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico, contudo, não apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 72/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-15.206.452 PHILIP RIBEIRO PINHEIRO, MG-14.881.387 RAFAEL DULLEM DOS REIS SANTOS, MG-8.314.380 REGINALDO GONÇALVES DUARTE, MG-15.723.637 RICARDO RIBEIRO BRAGA, MG-9.228.726 ROBERTA DE JESUS FIGUEIREDO, MG-12.465.422 ROBERTO DE OLIVEIRA ALVES, MG-11.573.143 RODRIGO DUARTE FELICIANO RODRIGUES, MG-11.973.833 RODRIGO EDUARDO ELIAN, 37413565-4 RODRIGO SILVA SIQUEIRA, MG-14.326.721 ROGER DALTON SILVA NASCIMENTO, MG-13.006.375 ROSIANE D'ASSUMPCÃO VIAL, MG-13.689.195 SAMUEL DAVID DOS SANTOS, MG-11.299.372 SANDRA MARIA DA SILVA, MG-14.895.721 SUZAN MIKAELE DE MEDEIROS DA CRUZ, MG-13.826.753 THIAGO ANTÔNIO TAVARES, MG-10.550.327 THIAGO TADEU COSTA BRANDÃO, MG-13.862.406 TIAGO FÉLIX DE SOUZA, MG-12.585.109 VANDERLÚCIO MONTEIRO DOS SANTOS, MG-10.446.112 WALERSON GERALDO DA CONCEIÇÃO, MG-12.075.669 WALISSON BRUNO ALVES DA SILVA, MG-11.336.024 WANDERSON CARLOS TIMÓTEO DOS SANTOS, MG-8.295.514 WANDERSON FALCÃO DA COSTA, MG-12.620.249 WELLINGTON GOMES FERNANDES E MG-12.311.933 WILSON JOSÉ FILGUEIRAS REIS** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 70/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-12.000.126 IVAN BARBOSA BATISTA, MG-12.646.011 JOEL PEREIRA GONÇALVES, MG-14.995.646 JONATHAN MAIA BORGES CANUTO, MG-12.083.234 JORCIEN VICTOR GOMES, MG-16.386.234 JOSIMAR MATEUS DIAS, MG-14.897.692 JOSIMAR PAULINELE FERREIRA, MG-10.527.248 JÚLIO WESLEY SILVA SANTOS, MG-11.030.676 KÁTIA APARECIDA DE ALMEIDA, MG-14.533.640 KHRISTIANN ORLANDI LIMA DE MEIRA, MG-16.412.747 LEONARDO RAFAEL SILVA XAVIER, MG-13.304.819 LÍDIO DOS REIS FILHO, MG-13.960.540 LUCAS NASCIMENTO DIAS, MG-14.028.398 LUDMILA CORRÊA PEREIRA SILVA, MG-12.939.676 MAYRON CÉSAR DA SILVA, MG-11.034.529 MARCELO CARES BATISTA, MG-15.707.705 MARCELO PEREIRA ALMEIDA, MG-7.022.925 MARCO ANTÔNIO SILVA COSTA, MG-14.389.312 MARCOS SANTOS OLIVEIRA, MG-12.570.982 MARLON BRENO MARQUES TRINDADE CAMPOS, MG-12.488.484 NAZARETH DA LUZ DE SOUZA, MG-10.332.772 NAZIR FERREIRA DE SOUZA, MG-10.422.555 ORLANDO CARNEIRO DE MENDONÇA JÚNIOR E MG-13.560.996 PAULO HENRIQUE BATISTA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 68/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 o candidato ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-12.828.822 ÉDER DÓRIA CRUZ** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico, contudo, não apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**



**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 63/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-13.072.866 ADELMO DE JESUS SILVA, MG-15.071.860 ADMILSON LOPES, MG-16.006.633 ALAN GONÇALVES DE JESUS, MG-10.359.952 ALDIMAR SILVA TEIXEIRA GUIMARÃES, MG-14.237.026 DANIEL ALVES GUNDIM, MG-12.599.869 DANIEL BRUNO SILVA FELICIANO, MG-14.660.371 DIOGO GIORDANE MAGALHÃES DE AZEVEDO, DF-1.935.374 EDUARDO ALMEIDA DA ROCHA, MG-12.534.944 EVANDRO CARLOS DE JESUS, DF-2.225.331 EVANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA, MG-12.853.655 EVERALDO DA LUZ CRUZ, MG-11.672.486 FÁBIO JÚNIO TEIXEIRA BRANT, MG-17.028.525 FARLEI FREDERICO SOARES FRANÇA, MG-10.048.030 FERNANDO DE OLIVEIRA FREITAS, MG-13.376.712 FREDERICO SAMUEL DOS SANTOS TEIXEIRA E MG-14.329.643 GABRIEL AUGUSTO DE SOUZA MARTINS** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 47/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**1 CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-8.362.419 FABRÍCIO VIEIRA TREGUÁS, MG-14.575.590 GERALDO MAGELA DAS GRAÇAS SILVA, MG-11.907.328 RODRIGO ANDERSON GUIMARÃES E MG-8.937.108 TIAGO GARCIA FERREIRA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra - indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contra-

indicação, para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **retificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** os pedidos, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos para a situação de indicados, para ingresso no CTSP/09 - Interior;

2.3 determinar ao Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contra-indicados para indicados dos candidatos, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por eles nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 43/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-15.478.536 ALESSANDRO SOARES DE OLIVEIRA, MG-14.391.682 ALEXANDRE DAS GRAÇAS SOARES, MG-11.347.841 ALEX SIQUEIRA DIAS, MG-16.238.289 ANDERSON DE CÁSSIO DIAS, MG-14.679.925 ANNA PAULA SANTOS LIMA, MG-15.695.478 ANSELMO DE ALMEIDA JÚNIOR, MG-15.319.226 BRENO SILVA DE SOUZA, MG-14.575.701 BRUNO FIDÉLIX PINHEIRO, MG-10.403.871 CARLOS ANDRÉ CARDOSO, MG-13.057.830 CLEIVTON CARDOVICK BORGES CANUTO, 188.537-2 DANIEL FRANCISCO DOURADO, MG-13.012.430 DENIS FERNANDO DE SOUZA PEREIRA, MG-13.045.518 ELEANDRO ALVES DOS SANTOS, MG-11.185.198 ELTON MÁRCIO DE PAULA, MG-15.827.409 ERNANE MOTA SILVA, MG-14.309.158 EVANDRO FLÁVIO LISBOA, MG-12.504.904 FÁBIO CRISTIANO DA SILVA, MG-15.095.983 FARLEN MENDES DE ALMEIDA, 52438738 FÉLIX ALTAMIRO DA CUNHA, MG-12.587.489 FERNANDO ROBERTO SANTOS GONÇALVES, MG-11.748.607 FLÁVIO EVANGELISTA SIQUEIRA, 020515396-8 FRANCISCO MANOEL PONTES DA SILVA, MG-11.893.862 FREDERICO JÚNIO DE JESUS ROSA, MG-13.216.824 GERRI DE MAIO FAUSTINO, MG-10.093.074 HEDER MURILO VIEIRA, MG-14.829.129 HENRIQUE TIAGO MARTINS E MG-13.366.076 ISABEL RIBEIRO DA SILVA GOMES** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a

*imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";*

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 39/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-13.848.417 ADRIANO CARMINDO SILVA, M-8.866.709 ALEX RODRIGUES COSTA, MG-13.607.494 ALEXSANDRO SILVA ASSIS SANTOS, MG-15.583.352 DIEGO PHELIPE SOUZA MELO, MG-14.586.621 EDERSON FERNANDES SOUZA ANTERO E MG-14.891.027 WALLISON TARDELLY LOIOLA** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não compareceram à Entrevista de Devolução e nem apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**



**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
**DE MINAS GERAIS**

*Nossa profissão, sua vida.*

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 31/09-DRH/CRS**

---

**O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

**CONSIDERANDO QUE:**

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 14ª RPM – **MG-12.081.260 BRUNO RICARDO MIRANDA, MG-12.715.551 CARLOS EDUARDO CABRAL ARAÚJO, MG-13.883.765 CARLOS UMBERTO VIEIRA SANTOS, MG-14.500.523 EDWILSON PEREIRA, 32.526.682 JEIRON ROSENDO DOS SANTOS, MG-11.912.955 KÊNIO ARAÚJO DO NASCIMENTO, MG-10.948.444 LUIZ CARLOS RODRIGUES FONSECA, MG-13.165.068 MARCO AURÉLIO DA SILVA, MG-11.747.654 PABLO RICARDO PEREIRA E MG-11.374.867 TIAGO BRÍGIDO DA SILVA XAVIER** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

## **2 RESOLVE:**

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

**(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM**  
**Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**